

GERÊNCIA DE SISTEMA DE ÁGUA

TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS Nº 2026/001795

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de COLETA, ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DE LODO gerado de processo de tratamento de água, COM EMISSÃO DE LAUDO, de acordo com a norma ABNT NBR 10.004, de 2004, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MED.	QTD.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DE LODO DE ETA, INCLUINDO AS DESPESAS COM AMOSTRAGEM	sv	3	R\$ 1.727,41	R\$ 5.182,23
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 5.182,23	

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, de acordo com as diretrizes fixadas na Instrução Normativa do SEMAE nº 09 de 2023.

1.3. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) dias contados da emissão da Autorização de Fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A contratação se dará por item único com três quantidades, visto que se trata do mesmo serviço que atenderá três unidades distintas (ETA Capim Fino, ETA Luiz de Queiroz e ETA Anhumas).



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação se faz necessária para a realização dos serviços de coleta, análise e classificação do lodo gerado nos processos de tratamento de água, com emissão dos respectivos laudos técnicos, de acordo com os critérios estabelecidos pela ABNT NBR 10.004 e demais normas ambientais aplicáveis.

A caracterização e classificação do lodo são fundamentais para determinar suas propriedades e enquadramento quanto à periculosidade e demais características, fornecendo subsídios técnicos para a definição das condições adequadas de manejo, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada do resíduo.

A contratação também visa assegurar o cumprimento da legislação ambiental aplicável ao gerenciamento de resíduos sólidos, considerando a necessidade de que os resíduos gerados nas atividades da Autarquia sejam manejados e destinados de forma tecnicamente adequada, de modo a prevenir riscos à saúde pública e minimizar possíveis impactos ambientais.

Nesse sentido, a emissão dos laudos de classificação constitui etapa necessária para subsidiar a tomada de decisão quanto à destinação do lodo e para garantir a rastreabilidade e conformidade ambiental do gerenciamento do resíduo, contribuindo para o atendimento às obrigações legais e para a adequada gestão dos resíduos gerados nos processos de tratamento de água.

A necessidade da contratação está, portanto, relacionada à manutenção da regularidade ambiental das atividades da Autarquia e à adoção de procedimentos que assegurem o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos gerados, em consonância com o interesse público e com os princípios de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, análise e classificação do lodo gerado nos processos de tratamento de água, com emissão dos respectivos laudos, em conformidade com a ABNT NBR 10.004 e demais normas ambientais aplicáveis.

Os serviços compreendem a coleta das amostras nos pontos previamente definidos pela Administração, a realização das análises necessárias à caracterização e classificação do resíduo e a emissão de laudo técnico conclusivo.

A classificação do lodo constitui etapa necessária ao adequado gerenciamento do resíduo, fornecendo subsídios técnicos para a definição de seu manejo, transporte e destinação final ambientalmente adequada, em atendimento à legislação ambiental vigente e visando à prevenção de impactos ao meio ambiente e à saúde pública.



3.2. A descrição detalhada da solução e os demais aspectos relacionados ao ciclo de vida do objeto encontram-se apresentados neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Documentos necessários para a assinatura do contrato:

4.1.1. Certificado de comprovação de acreditação na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005. Em caso de subcontratação, apresentar também a mesma certificação do laboratório subcontratado.

4.1.2. Relação da equipe técnica com indicação do responsável técnico pela assinatura de laudos, comprovação de vínculo profissional dos profissionais envolvidos com as análises, qualificação e número do registro nos respectivos conselhos de classe.

4.1.2.1. Para fins de cumprimento do item 4.1.2 deste Termo de Referência, nos termos da Súmula N.º 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o vínculo profissional pode ser comprovado mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. A CONTRATADA deverá adotar, na execução dos serviços, práticas de sustentabilidade ambiental, observando a legislação ambiental vigente e as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à prevenção da poluição, à redução da geração de resíduos e ao uso racional de recursos naturais.

A CONTRATADA deverá, sempre que aplicável, promover o uso racional de água, energia elétrica, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, bem como adotar medidas destinadas à redução do desperdício e da geração de resíduos.

Os resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços deverão ser adequadamente segregados, acondicionados, armazenados, transportados e destinados, em conformidade com a legislação ambiental aplicável, sendo vedada a disposição ou o descarte em locais inadequados.

A CONTRATADA deverá adotar medidas para prevenir a ocorrência de impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, responsabilizando-se pela reparação de eventuais danos ambientais causados por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou subcontratados, quando comprovada sua responsabilidade.



A execução contratual deverá observar, ainda, as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicável e demais normas pertinentes, buscando-se a redução dos impactos ambientais associados à prestação dos serviços, sem prejuízo do atendimento aos requisitos de qualidade, segurança e eficiência estabelecidos neste Termo de Referência.

4.3. Subcontratação

4.3.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.3.1.1. A empresa contratada poderá, mediante solicitação de autorização e aceite do SEMAE, subcontratar as atividades descritas no Termo de Referência que demandem acreditação na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, desde que não ultrapasse o valor máximo de 30% do valor total da contratação.

4.3.1.2. Não será estabelecido qualquer vínculo entre o SEMAE e a subcontratada, permanecendo a contratada responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento.

4.3.1.3. A contratada deverá solicitar, expressa e previamente, ao SEMAE, a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste contrato, bem como qualquer substituição de subcontratada, não sendo permitida a entrada e/ou permanência de qualquer subcontratada sem que está tenha sido aprovada pelo SEMAE. Os documentos exigidos no item 4.1 e seus subitens, deste Termo de Referência, também deverão ser reapresentados, antes da prestação do serviço.

4.4. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de pequeno vulto e com risco baixo de prejuízo em caso de inexecução contratual, de sorte que a exigência de garantia poderia acarretar considerável restrição à competitividade.



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto se dará a partir da emissão da ordem de serviço, que será encaminhada pela contratante à contratada, na qual constará as datas para coleta das amostras, com prazo máximo para execução de 20 (vinte) dias.

5.1.1.1. Coleta, análise e classificação de amostra de **Lodo** do **sistema de tratamento de água da ETA Capim Fino**, conforme a **Norma ABNT:NBR 10.004, de 2004**.

5.1.1.2. Coleta, análise e classificação de amostra de **Lodo** do **sistema de tratamento de água da ETA Luiz de Queiroz**, conforme a **Norma ABNT:NBR 10.004, de 2004**.

5.1.1.3. Coleta, análise e classificação de amostra de **Lodo** do **sistema de tratamento de água da ETA Anhumas**, conforme a **Norma ABNT:NBR 10.004, de 2004**.

5.2 Obrigações da empresa contratada

5.2.1 A responsabilidade pela coleta da amostra, execução de análises e elaboração do laudo analítico.

5.2.2 Garantir, em caso de subcontratação nos moldes previstos no item 4.3 deste Termo de Referência, que as análises realizadas por laboratório subcontratado, sejam feitas na mesma amostragem (no mesmo dia, hora e local de coleta), para garantia da representatividade da amostra coletada e análise.

5.2.3 As amostras deverão ser coletadas por técnico da empresa contratada, "in loco", armazenada e preservada de acordo com as metodologias e recomendações descritas na Norma ABNT:NBR 10.007, de 2004.

5.2.4 Para a perfeita execução dos serviços a contratada deverá fornecer todo o material (frascos e conservantes químicos) necessários para a execução da coleta, identificação, preservação e transporte da amostra, EPI's, despesas de viagem e hospedagem.

5.2.5 Conferir e garantir as condições de acondicionamento, preservação, identificação e integridade da amostra antes do início das análises. Se houver qualquer irregularidade, informar ao SEMAE, para que nova coleta seja reagendada.

5.2.6 Cumprir a programação de coleta elaborada pelo SEMAE.



5.2.7 Comunicar, imediatamente, quaisquer resultados analíticos que não atendam aos padrões estabelecidos pela legislação pertinente. Em caso de resultados insatisfatórios ou dúvidas com relação aos resultados, o SEMAE solicitará coleta e reanálise, durante a vigência da contratação, sem que haja ônus para o mesmo.

5.2.8 Manter, durante toda a vigência da contratação e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação.

5.2.9 A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, documentação que ateste a qualidade das análises realizadas.

5.2.10 Executar a prestação do serviço nas condições e prazos estipulados neste Termo de Referência.

5.2.11 Responsabilizar-se por eventuais paralisações das atividades, por parte dos seus empregados e ou equipamentos, garantindo a continuidade da execução da prestação do serviço, sem repasse de qualquer ônus ao SEMAE, para que não haja interrupção da prestação do serviço.

5.2.12 Responder por todos os encargos comerciais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e tributários, tais como: salários, vantagens adicionais de qualquer espécie, inclusive de insalubridade e periculosidade, eventualmente devidos, seguros de acidente do trabalho, previdência social, FGTS, indenizações e reparações trabalhistas, taxas, impostos, bem como quaisquer outros encargos relativos a serviços e empregados;

5.2.13 A contratada deve observar, rigorosamente, as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Portaria 3214 de 08 de julho de 1978.

5.3 Emissão e envio do Laudo das análises

5.3.1 Entregar o laudo analítico de forma eletrônica, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da coleta da amostra, encaminhando-os aos e-mails: rgiro@semaepiracicaba.sp.gov.br e lsantiago@semaepiracicaba.sp.gov.br, aos cuidados do servidor Rogério Giro e Letícia dos Santos Santiago Matos, respectivamente.

5.3.2 A contratada deverá manter arquivo eletrônico do laudo emitido, disponível via internet, durante a vigência do contrato e após 6 meses do seu encerramento, para consulta, recuperação de informações e/ou impressão.

5.3.3 Será feita a conferência do laudo e as dúvidas serão encaminhadas eletronicamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento dos mesmos. Transcorrido esse prazo, não



havendo manifestação por parte do Laboratório de Controle de Qualidade do SEMAE, o laudo pode ser considerado aceito, porém, a qualquer tempo, poderá ser solicitada verificação de possíveis correções que se fizerem necessárias.

5.3.4 Caso seja solicitada alguma alteração do laudo de análise, que não implique em coleta de amostra e análise, a substituição do mesmo deverá ser providenciada em um prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de solicitação.

5.3.5 Apresentar no Boletim de Análises, os registros de controle de qualidade do laboratório (cromatogramas, amostras de controle, brancos, etc.), de todos os compostos analisados, além de:

5.3.5.1 Nome do laboratório;

5.3.5.2 Dados do SEMAE (nome, CNPJ e endereço);

5.3.5.3 Data e hora da coleta;

5.3.5.4 Local que foi coletado;

5.3.5.5 Data da análise;

5.3.5.6 Resultados analíticos com indicação das unidades de medida, **limites de quantificação e detecção (LQ e LD)**, para cada parâmetro individualmente;

5.3.5.7 O valor máximo permitido (VMP) pela Norma ABNT:NBR 10.004:2004, para os devidos parâmetros;

5.3.5.8 Laudos de laboratório subcontratado devidamente identificados.

5.4 Obrigações do SEMAE

5.4.1 Programar a data de coleta, enviando o cronograma via e-mail ou cópia impressa, se necessário, imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.

5.4.2 Selecionar e indicar os pontos de coleta.

5.4.3 Indicar um técnico para acompanhar as coletas.

5.4.4 Solicitar a reanálise, caso julgue necessário.

5.4.5 A avaliação da qualidade da prestação do serviço, com relação a sua descrição e características será verificada, sempre que o gestor do contrato julgar necessário, podendo o SEMAE, em seu exclusivo entendimento, solicitar documentação referente aos serviços prestados para comprovar a qualidade e obediência às normas técnicas oficiais, correndo às expensas da



contratada despesas decorrentes da análise e teste da qualidade da prestação do serviço, sem ônus adicionais para o SEMAE e sem prejuízos das penalidades cabíveis.

5.4.6 Indicar os gestores e fiscais do contrato. Toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, deverão ser solicitadas ao gestor do contrato, o servidor Rogério Giro, através do e-mail: rgiro@semaepiracicaba.sp.gov.br, ou do telefone (19) 3421-0415, sendo que a fiscalização do mesmo fica por conta da servidora Letícia dos Santos Santiago Matos, através do e-mail: lsantiago@semaepiracicaba.sp.gov.br.

5.5 Pontos de amostragem

As coletas deverão ser realizadas no seguinte endereço:

5.5.1 ETA Capim Fino: Endereço: Estrada Heribaldo Zardetto de Toledo, s/n – Guamium - Piracicaba/SP;

5.5.2 ETA Luiz de Queiroz: Endereço: Rua Luiz de Queiroz, 306 - Bairro Centro - Piracicaba/SP;

5.5.3 ETA Anhumas: Endereço: Estrada Municipal Nair Borges Soares, 1367 – Anhumas - Piracicaba/SP;

5.7 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

A demanda da Autarquia contratante tem como base as seguintes premissas:

5.7.1 Atendimento à Norma ABNT:NBR 10.004, de 2004.

5.7.2 Atendimento as legislações ambientais vigentes.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa do SEMAE nº. 18, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



6.3 As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Instruções Normativas do SEMAE nº. 05 e nº. 18, ambas de 2023).

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, de modo a assegurar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou das falhas observadas.

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a previsão de término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva, à prorrogação contratual ou a realização de nova licitação, conforme o caso.

6.7.6 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.7.6.1 Conferência dos laudos;



6.7.6.2 Identificação correta da amostra e ponto de coleta;

6.7.6.3 Coerência entre os resultados analíticos;

6.7.6.4 Se todas as informações solicitadas estão contempladas nos relatórios, conforme item 5.3.5 e seus subitens;

6.7.6.5 Cumprimento do horário para início da coleta, proposto pela Autarquia, para o não comprometimento da rotina do Laboratório de Controle de Qualidade do SEMAE, visto que um técnico desta Autarquia acompanhará a contratada na coleta.

6.8 O gestor do contrato, sob suporte do núcleo de apoio de contratos da Autarquia, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato, atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis.

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Autarquia.

6.9.1 O gestor do contrato, sob suporte do núcleo de apoio de contratos da Autarquia, acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

6.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quando for o caso, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



6.9.4 O gestor do contrato tomará providências para solicitar autorização para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos da Instrução Normativa do SEMAE nº. 18, de 2023.

6.10 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução do objetivo que tenha justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Autarquia.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nos subitens:

7.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

7.1.1 Não produzir os resultados acordados;

7.1.2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1 Data de entrega do relatório de análises, considerando que o prazo para envio destes é de 15 (quinze) dias após a data de coleta da amostra de Lodo, conforme item 5.3.1 deste Termo de Referência;

7.2.2 Data de entrega do relatório que necessitar de alterações, considerando que o prazo para envio do relatório atualizado é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação, conforme item 5.3.4 deste Termo de Referência.

7.3 Recebimento do Objeto

7.3.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo fiscal técnico ou comissão de fiscalização, conforme o caso, mediante termo detalhado, quando da execução do objeto.



7.3.1.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.1.2 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.2 Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.2.1 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato, mediante termo detalhado elaborado com fundamento no relatório do fiscal, que ateste o cumprimento das obrigações contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.4.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.3.4.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da



despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.3.4.3 Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.4.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.4.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por MENOR PREÇO.

8.2 Qualificação Econômico-Financeira

Conforme previsto no Edital.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.182,23** (cinco mil, cento e oitenta e dois reais, vinte e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.



10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Administração.

11 RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Nome: Letícia dos Santos Santiago Matos.

Cargo: Tecnóloga em Saneamento.

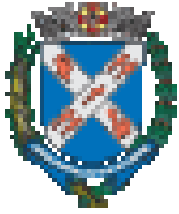
Funcional: 2.818-0.

Telefone: (19) 3421-0415.

E-mail: lsantiago@semaepiracicaba.sp.gov.br

Piracicaba, data da assinatura digital.





Assinaturas do documento

"Termo de Referência - Solicitação de Compras N°
2026_001795"



Código para verificação: **PN9A6HHY**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **LETICIA DOS SANTOS SANTIAGO MATOS** (CPF: ***.656.758-**) em 20/08/2026 às 15:33:27 (GMT-03:00)
Emitido por "SolarBPM", emitido em 18/07/2025 - 09:11:13 e válido até 18/07/2028 - 09:11:13.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2026/011761 e o código **PN9A6HHY** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.